- Como se evidencia nos regimentos e outros documentos escolares, existem colegiados, pessoas e processos, suficientemente adequados para exercer a nobre função de avaliar o estudante. Não decorre de nenhuma interpretação legal que o Conselho de Classe exerça papel insignificante, ou o Professor, ou a Equipe Gestora, ou o Conselho de Pais. Ao contrário, estes órgãos todos juntamente com todos os processos escolares, tanto em número como em qualidade, são de extrema importância e cumprem com o papel de educar e, conseqüentemente, avaliar.

- Todos os órgãos e todas as pessoas que trabalham na educação, exercem importância ímpar na vida escolar dos estudantes e, quando de um requerimento na Diretoria de Ensino, não existe motivo algum para iniciar uma análise do processo intuindo que ali, no ambiente escolar, possa haver qualquer tipo de discriminação. Portanto, não se pode concordar que haja, a priori, uma postura suspeita referente ao ambiente escolar e nem desse deve-se retirar o que lhe é mister.

- Portanto, não existe a necessidade de recorrer a instâncias superiores e nem boa sustentação legal para tal procedimento. Assim, resta apresentar um novo processo que corresponda ao que é inerente à unidade escolar e que ofereça uma avaliação adequada aos estudantes.

Em face do exposto, o Interessado solicita ou a *revogação dos dispositivos de Reconsideração de Avaliação e dos Recursos Contra as Avaliações ou as seguintes alterações:*

“Após exame de recuperação final (no final do ano), solicitação, por parte da família, em 01 (um) dia, de reconsideração. Caso o pedido tenha procedência, a elaboração de uma avaliação final em 03(três dias). Posterior, Conselho de Classe e encerramento do processo. Em casos de pedido para reconsideração durante o ano letivo, que seja analisado por um(a) Professor(a) da mesma área de atuação daquele que redigiu a prova, e que seja findado aí o processo, tendo como última e definitiva a reavaliação deste segundo profissional”.

Quanto à revogação do dispositivo referente à compensação de ausências, são as seguintes as justificativas do Interessado (fls. 8 a 12):

A presente solicitação ater-se-á, de maneira especial, no que se convencionou chamar de Infrequência e os decorrentes estudos sobre a compensação.

Conforme é salientado na Constituição Federal em seu Capítulo III, art. 205, A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, e sua qualificação para o trabalho”. Mais adiante, ainda se tratando da Carta Magna, art. 6, são direitos sociais a educação [...] e é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (C.F art. 23). Assim sendo, a estes entes cabe também a legislação acerca da Educação.

Especificamente no que tange ao acesso ao ensino, diz-nos o Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA que compete ao poder público recensear os educandos [...] fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola. (ECA, art. 54, inciso VII, § 3º)

A frequência às aulas é determinada em 75% (setenta e cinco por cento) pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 24, inciso VI). A não observância desta determinação pode acarretar consequências legais para a família ou para a unidade de ensino. Tal é a importância da frequência, que a escola não pode ter em seu regimento e nem portar-se de modo a excluir o estudante da escola, por qualquer ato que seja e, ainda, quando da infrequência, a unidade escolar deverá organizar atividades de compensação de ausência (Deliberação CEE N° 10/97).

De forma unânime, os agentes inclinados ao trabalho junto ao árduo ato educativo, são favoráveis a imperiosa necessidade de frequentar a escola. Dito de outra forma, todas as instâncias demonstram-se preocupadas com a infrequência e se posicionam claramente favoráveis à permanência e acesso dos estudantes as unidades de ensino.

Ficam claras, também, as articulações entre os diversos agentes do campo educativo para que, em caso de infrequência, exista a devida punição legal aos responsáveis. Além disso, estipula procedimentos de registros e comunicados às instâncias competentes por parte das unidades de ensino, uma vez constatada acentuada ausência da unidade de ensino por discentes.

O acesso e a permanência são condições para que se tenha efetivo trabalho educativo com o qual os estudantes possam apreender. Portanto, é a aprendizagem que motiva e deve motivar o trabalho dos agentes que atuam no campo educativo.

A presença e a participação são compreendidas como condição sem a qual a aprendizagem não é atingida; e não se está falando da presença que garante a simples compreensão de conteúdos relativos ao material didático. Evidentemente e de forma inerente ao processo educacional, a convivência com os pares e com os professores, é fonte rica e importantíssima de conhecimento. Em especial, é importante salientar, com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e os processos de inclusão que agora se percebe em marcha, a convivência em sala se revestiu de maior importância. De que outra forma poder-se-ia compreender a educação voltada para o exercício adequado da cidadania se fosse subtraída dos estudantes a convivência em sala de aula? Obviamente que não se estaria atendendo a tão preciso objetivo educativo na ausência dos estudantes da convivência em sala de aula.

Quando do detido estudo do que se chamou de Compensação de Ausências, se pode averiguar que tal o dispositivo anuvia a obrigação da família em fazer com que os menores sob sua responsabilidade frequentem a escola e furta o estudante da convivência com os pares de classe, não atendendo ao preconizado por outros dispositivos legais, que já garantiam aos estudantes acesso ao conhecimento por ocasiões relativas a impossibilidade comprovada e justificada de presença na unidade de ensino.
(gg.nn)

A Compensação de Ausência, **uma vez que concebe qualquer tipo de ausência, afasta-se do mandato constitucional que não apenas garante o direito de acesso, mas obriga, dentre outras instituições, a família assumir posição ativa no processo educativo.** Ora, se à família cabe obrigação de oferecer educação aos menores que estão sob sua responsabilidade, não se pode conceber uma lei que preconize o contrário. Como poderia uma família furtar-se a trazer o filho ou a filha sem nenhuma justificativa para escola? Não poderia não pode! Assim sendo, a Compensação de Ausência parte de uma premissa equivocada na qual facultada a família fazer com que os seus filhos ou filhas participem da vida escolar.
(gg.nn)

Tratando de levar a bom termo a letra constitucional, todas as instituições de ensino devem propiciar o acesso e a permanência na escola pois, como nos rege a Constituição Brasileira, o indivíduo deve dentre outros objetivos crescer na cidadania. A ausência da sala de aula ou do convívio com os personagens no ambiente escolar, ainda que em parte, sem sombra de dúvidas, acarreta em prejuízo para o estudante e, de maneira geral, para a democracia.

Para além do que já foi dito, acrescenta-se o fato de que em circunstâncias específicas e justificadas, a unidade escolar já se encontra obrigada, por força legal, a atender o estudante ausente, seja em casa, no hospital, por ocasião de doenças ... Deixar de comparecer à escola sem justificativa plausível é incorrer em transgressão legal e, portanto, legalmente deve ser tratada esta questão. Tal compensação pode levar algumas famílias descomprometidas com a vida escolar daqueles que lhes são confiados, a negligenciarem ainda mais, haja vista que, em todos os casos, as ausências poderão ser compensadas; ledo engano.

Conforme se pode verificar no histórico acima apresentado, a Compensação de Ausência também não encontra lastro legal ou, ao que se pode discernir de um estudo criterioso, não contém bases consistentes. Não se está tratando de negligenciar o papel do Conselho Estadual de Educação, todavia, há de se ponderar que, 75% (setenta e cinco por cento) de presença é condição para que haja progresso na vida escolar.

1.2 APRECIACÃO

1.2.1 Preliminarmente, há que se registrar a ilegitimidade ativa do Interessado para postular “alterações ou reformas” em Deliberações emanadas por este Conselho.

Entretanto, considerando a relevância da matéria, entende-se por superar o óbice legal apontado e, por mera liberalidade e paixão à causa, passo à apreciação do mérito.

1.2.2 Sobre as atribuições do Conselho Estadual de Educação

A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB N° 9.394/96** reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal, estabelecendo os princípios da educação e os deveres do

Estado em relação à educação escolar, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Nos termos do **inciso V do art. 10, da LDB**, incumbe aos Estados baixar normas complementares para o seu sistema de ensino. Em consonância com a disposição mencionada, o art. 238 da Constituição do Estado de São Paulo determina que a lei organizará o Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, levando em conta o princípio da descentralização. Posteriormente, **em seu art. 242**, a citada norma dispõe que o **Conselho Estadual de Educação é órgão normativo, consultivo e deliberativo** do sistema de ensino do Estado de São Paulo, com suas atribuições, organização e composição definidas em lei.

A **Lei Nº 10.403/1971**, que reorganiza o Conselho Estadual de Educação, estabelece, em seu Artigo 2º, que,

Art. 2º Além de outras atribuições conferidas por lei, compete ao Conselho: I - formular os objetivos e traçar normas para a organização do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

No caso da **Deliberação CEE Nº 155/2017**, norma que dispõe sobre a avaliação de alunos da Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, no Sistema Estadual de Ensino de São Paulo, ela cumpre o objetivo de reiterar, para o Sistema de Ensino de São Paulo, fundamentos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sobre avaliação, como argumentaremos no item seguinte.

1.2.3 Sobre a fundamentação Legal a respeito da avaliação escolar

As questões que envolvem a avaliação escolar são previstas em vários diplomas legais, desde a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, até as Leis e Decretos Federais e Estaduais ou as Convenções Internacionais incorporadas ao sistema jurídico brasileiro. Além disso, o assunto tem sido objeto de diversas normas de cunho administrativo e pedagógico exaradas pelos Conselhos Nacional e Estaduais de Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais.

Em 1971, na Lei Federal 5692/71, a avaliação escolar classificatória e quantitativa passa a ser questionada, posicionamento consolidado no inciso V do Art. 24 da LDB 9394 de 1996, segundo o qual a verificação do rendimento escolar deverá ter como critério "a avaliação contínua e cumulativa do desempenho escolar com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais". (gg.nn)

Desde então a avaliação esteve cada vez mais presente na legislação federal, assim como nos diferentes pareceres e resoluções dos Conselhos Estadual e Federal respectivamente. Entre elas cabe destacar: Pareceres CNE/CEB Nºs 5/97, 12/97 e 24/08; Deliberação CEE 10/97; Indicação CEE 60/06, Deliberação CEE 59/06, Resolução CNE/CEB Nº 7/2010.

Essas proposituras reafirmam exaustivamente a concepção de que a prática da avaliação deve contemplar gama significativa de diferentes metodologias e procedimentos, e garantir ao aluno formas diversas de recuperação: paralela, contínua, sistemática e, se necessária, de final do ano escolar.

Pode-se argumentar – como faz o Interessado – que a legislação educacional garantiu a cada unidade escolar a liberdade de organizar sua Proposta Pedagógica e Regimento Escolar. Com efeito, a Lei Federal nº 5692/71 estabeleceu que compete aos estabelecimentos de ensino, nos termos dos seus regimentos, a avaliação do rendimento escolar de seus alunos. Sem dúvida, é a equipe escolar que reúne as melhores condições para acompanhar continuamente o aluno durante todo o ano letivo e avaliar o seu desempenho global. É na escola que devem ser resolvidas praticamente todas as questões referentes à avaliação do aluno, atendida a determinação do art. 12 da LDB, segundo o qual os "estabelecimentos de ensino devem respeitar as normas comuns e as do seu sistema de ensino" ou seja, as determinações da legislação maior sobre o assunto.

No entanto, no intuito de que, efetivamente, o currículo e a organização pedagógica das escolas se coloquem a serviço da aprendizagem dos alunos e de um projeto de sociedade justa, democrática e inclusiva, cabe ao Conselho Estadual de Educação promover ações que possam apoiar o processo de aperfeiçoamento da avaliação de aprendizagem.

É este, portanto, o intuito da Deliberação CEE Nº 155/2017 e da Indicação que a acompanha : reiterar aspectos que reforcem o caráter diagnóstico, formativo e qualitativo da avaliação, na expectativa de superar eventuais práticas de uma cultura seletiva, excludente e classificatória que, entre outros aspectos, pode se

expressar em processos de avaliação que inviabilizam que crianças, adolescentes, jovens e adultos sejam respeitados em seu direito a um percurso de aprendizagem, socialização e desenvolvimento humano. Além disso, orientar as equipes de gestão escolar – nas escolas e nas Diretorias de Ensino ou estruturas correspondentes – para que as dúvidas sobre resultados de avaliação possam ser resolvidas nessas instâncias, observadas as normas legais sobre o assunto. Para tanto, são retomados dispositivos legais que normatizam o assunto; além disso, explicitam-se diretrizes que possam nortear os procedimentos e processos de avaliação da aprendizagem e de registro de seus resultados, em todas as instâncias do sistema escolar.

Com efeito, na referida Indicação, reitera-se a necessidade de participação do Diretor da Escola e da Coordenação Pedagógica nas reuniões de planejamento e reuniões pedagógicas, para que, em conjunto, sejam realizados debates, estudos e reflexões sobre avaliação; além disso, para que os casos de alunos com dificuldade de aprendizagem sejam analisados, sob o enfoque da busca de alternativas que os levem a progredir no seu processo de aprendizagem.

Reitera-se, ainda, a importância dos Conselhos de Série, Classe e Colegiados similares, para que todos os envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem possam efetivamente participar das decisões sobre o processo de análise e discussão dos resultados do rendimento escolar dos alunos. Afinal, a aprendizagem dos alunos, para além da responsabilidade de cada docente, é responsabilidade de toda a equipe escolar.

1.2.4 Sobre a fundamentação legal a respeito da avaliação escolar

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garante que a *educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*. Dispõe, ainda, em seu art. 208, § 3º, que: *Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola*.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que *o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo e a sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente. Ao Poder público compete recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola e aos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicar ao Conselho Tutelar os casos de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares*.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, N° 9.394/96 reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal, estabelecendo os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Neste sentido, a referida norma dispõe:

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo.

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

[...]

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

[...]

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

[...]

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei;

[...]

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

[...]

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

O Conselho Estadual de Educação de São Paulo manifestou-se acerca do tema na **Indicação CEE Nº 09/97**, que acompanha a **Deliberação CEE Nº 10/97**, estabelecendo que:

A frequência não influi na apuração do rendimento escolar. Está a cargo da escola a apuração da frequência, nos termos do seu regimento, exigindo-se, todavia, para aprovação “a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas” (artigo 24, inciso VI, da LDB).

[...]

Todavia, nos casos em que a escola, usando de suas prerrogativas, utilize fórmulas alternativas de organização, é administrativamente impossível, ou quase, apurar-se a frequência pelo total de horas letivas. Mais ainda: mesmo que se possa, do ponto de vista técnico, realizar esse controle (a apuração pelo total de horas letivas), essa forma permitiria que o aluno não assistisse uma só aula de determinado componente e, ainda assim, não fosse reprovado por falta de frequência.

Em razão disso entende-se que a exigência de frequência às aulas, respeitados os 75% de frequência sobre o total estabelecidos pela Lei, deve estar de acordo com a proposta pedagógica da escola, que poderá determinar essa exigência percentual também sobre as aulas específicas de cada componente curricular.

Posteriormente, o **Parecer CEE Nº 67/98**, que trata de Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais, determinou:

Artigo 45 - A escola poderá adotar, nas quatro últimas séries do ensino fundamental e no ensino médio, a organização semestral e, na educação profissional, a modular, desde que o regimento escolar contemple as medidas didáticas e administrativas que assegurem a continuidade de estudos dos alunos.

[...]

Da Frequência e Compensação de Ausências

Artigo 77- A escola fará o controle sistemático de frequência dos alunos às atividades escolares e, bimestralmente, adotará as medidas necessárias para que os alunos possam compensar ausências que ultrapassem o limite de 20% do total das aulas dadas ao longo de cada mês letivo.

§ 1º- As atividades de compensação de ausências serão programadas, orientadas e registradas pelo professor da classe ou das disciplinas, com a finalidade de sanar as dificuldades de aprendizagem provocadas por frequência irregular às aulas. (gg.nn)

§ 2º- A compensação de ausências não exime a escola de adotar as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, e nem a família e o próprio aluno de justificar suas faltas.

Artigo 78 - O controle de frequência será efetuado sobre o total de horas letivas, exigida a frequência mínima de 75% para promoção.

Parágrafo único - Poderá ser reclassificado o aluno que, no período letivo anterior, não atingiu a frequência mínima exigida. (gg.nn)

Artigo 79 - Os critérios e procedimentos para o controle da frequência e para a compensação de ausências serão disciplinados no regimento da escola.

A Deliberação CEE Nº 155/2017, norma que trata da avaliação de alunos da Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, no Sistema Estadual de Ensino de São Paulo, assim se manifesta em relação às ausências de alunos:

Art. 14 As escolas devem estabelecer projeto especial para atender alunos cujas condições especiais de saúde comprometam o cumprimento das obrigações escolares, utilizando-se de procedimentos pedagógicos, tais como: compensação de ausência, trabalhos de pesquisa, avaliações especiais (escritas ou orais), procedimentos estes compatíveis com a condição e a disponibilidade de tempo desses estudantes.

Parágrafo único – Incluem-se no projeto especial de que trata o caput deste artigo, mediante atestado comprobatório da doença por responsável pelo tratamento, conforme segue:

a) existência de alterações do estado de saúde de discentes, sejam elas congênitas ou adquiridas, perenes ou de duração variável, intermitentes ou ocasionais, motivadas por doença ou por acidente de qualquer origem;

b) situações em que a afecção é comprometedora da normalidade da vida escolar e o estudante merece e deve ser apoiado, conforme sua necessidade e dentro das possibilidades da Instituição Educacional;

c) perturbações da esfera mental ou psicológica.

Art. 15 No caso dos alunos com deficiência, da educação especial, deverá ser observada a Deliberação CEE nº 149/2016 que estabelece as normas para esta modalidade.

Art. 18 Os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de:

[...]

VI – atuar preventivamente de modo a evitar que os alunos faltem às aulas, devendo a escola:

a) alertar os alunos e seus pais para a possibilidade de não aprovação daqueles que obtiverem um percentual inferior a 75% do total de horas letivas, mesmo se o rendimento escolar dos mesmos for satisfatório;

b) alertar a família que o Ensino Fundamental é obrigatório por Lei e de seu dever de zelar para que seus filhos frequentem a instituição de ensino;

c) prever no Regimento Escolar os mecanismos de compensação de ausências.

d) submeter seus alunos, mesmo os que não têm frequência, a procedimentos de reclassificação com base na competência, nos termos da Lei 9.394/96, art. 23, parágrafo 1º.

Em consonância com a Deliberação acima citada, a **Indicação CEE Nº 180/2019**, que trata de Procedimentos de flexibilização da trajetória escolar e certificação curricular, dispõe:

Em situações de excepcionalidade, os casos de retenção por frequência irregular (inferior a 75%), mas com desempenho satisfatório nas disciplinas do currículo, por indicação do Conselho de Classe/Série ou similar, ao final do ano letivo, poderão ser reclassificados para a série/ano/etapa subsequente, ficando dispensados do processo avaliatório considerando, nesse caso, o aproveitamento já constatado e registrado nos assentamentos escolares e o Parecer Indicativo do Conselho de Classe/Série ou similar como referência para o ato do Diretor de Escola. Esse ato produzirá efeitos para o início da próxima etapa letiva, inclusive aplicando-se para a transferência para outra unidade escolar.

É pertinente referir-se, ainda, a esforços da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo para a redução do número de faltas dos alunos e assegurar o direito de toda criança e adolescente à aprendizagem bem-sucedida. Neste sentido, a **Resolução SE Nº 42, de 18-8-2015**, instituiu o Projeto “Quem Falta Faz Falta”, com a finalidade de reduzir os índices de ausências, de abandono escolar e de reprovação por baixa frequência.

Merece destaque o art. 4º da Resolução mencionada, conforme segue:

Artigo 4º - A fim de proporcionar oportunidades de recuperação da aprendizagem a todos os alunos que apresentem número excessivo de ausências, bem como para evitar a reprovação por baixa frequência, na medida em que o aluno alcance 25% de faltas no ano, deverá ser reforçado o procedimento de “ausências compensadas”, conforme dispõem as normas regimentais da escola, na seguinte conformidade:

I - dando ênfase à recuperação dos conteúdos e habilidades não desenvolvidos, mediante a aplicação de mecanismos de apoio aos processos de ensino, nos termos da legislação pertinente; e

II - utilizando, entre outros recursos, o material de apoio oficial “Caderno do Aluno” e os conteúdos digitais disponibilizados pela Secretaria da Educação na plataforma online “Currículo+” (www.curriculomais.educacao.sp.gov.br).

Finalmente, vale destacar outros dispositivos que amparam legalmente as faltas escolares ocasionadas pelos motivos neles especificados:

- **Decreto-Lei N° 1.044, de 21-10-1969** - Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica;
- **Resolução SE 25, de 1-4-2016** - Dispõe sobre atendimento escolar domiciliar a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique permanência prolongada em ambiente domiciliar, e dá providências correlatas;
- **Resolução SE 71, de 22-12-2016** - Dispõe sobre o atendimento escolar a alunos em ambiente hospitalar e dá providências correlatas;
- **Deliberação CEE N° 59/2006** - Estabelece condições especiais de atividades escolares de aprendizagem e avaliação, para discentes cujo estado de saúde as recomende.

Conclui-se, portanto, que é oportuno e necessário que a Deliberação CEE N° 155/2017 tenha reiterado, em seu Art. 14, a necessidade de que as escolas estabeleçam projeto especial para atender alunos cujas condições especiais de saúde comprometam o cumprimento das obrigações escolares, utilizando-se de procedimentos pedagógicos, tais como: **compensação de ausência**, trabalhos de pesquisa, avaliações especiais (escritas ou orais), procedimentos estes compatíveis com a condição e a disponibilidade de tempo desses estudantes.

2. CONCLUSÃO

2.1 Nos termos desse Parecer, indefere-se a solicitação do Prof. Jonas Eder Cerbaro.

2.2 Envie-se cópia deste Parecer ao Interessado e à Coordenadoria Pedagógica – COPED.

São Paulo, 27 de setembro de 2019.

a) Consª Ghisleine Trigo Silveira
Relatora

3. DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Básica adota como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros: Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti, Antonio José Vieira de Paiva Neto, Bernardete Angelina Gatti, Claudio Kassab, Denys Munhoz Marsiglia, Fábio Luiz Marinho Aidar Junior, Ghisleine Trigo Silveira, Katia Cristina Stocco Smole, Laura Laganá e Mauro de Salles Aguiar.

Sala da Câmara de Educação Básica, em 02 de outubro de 2019.

a) Consª Bernardete Angelina Gatti
Presidente da CEB

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara de Educação Básica, nos termos do Voto da Relatora.

Sala “Carlos Pasquale”, em 16 de outubro de 2019.

Cons. Hubert Alquéres
Presidente